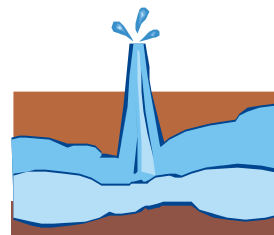


**DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE  
PAESLANDIM**

Março/2004

**PROJETO CADASTRO  
DE FONTES DE  
ABASTECIMENTO POR  
ÁGUA SUBTERRÂNEA**

**PIAUÍ**



 **CPRM**  
Serviço Geológico do Brasil

 **PRODEEM**  
O Brasil se liga, o futuro acontece

Programa  
**LUZ**  
para todos

Secretaria de  
MinaseMetalurgia

Secretaria de  
Desenvolvimento Energético

Ministério de  
Minase Energia

 **BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

---

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

*Dilma Vana Rousseff*

Ministra de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA

*Mauricio Tiomno Tolmasquim*

Secretário

---

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ENERGÉTICO

*André Ramon Silva Martins*

Secretário Interino

SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA

*Giles Carriconde Azevedo*

Secretário

---

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

*João Nunes Ramis*

Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
ENERGÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS  
PRODEEM

*Paulo Augusto Leonelli*

Diretor

*Aroldo Borba*  
Gerente Técnico

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM

*Agamenon Sérgio Lucas Dantas*

Diretor-Presidente

*José Ribeiro Mendes*

Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

*Manoel Barretto da Rocha Neto*

Diretor de Geologia e Recursos Minerais

*Álvaro Rogério Alencar Silva*

Diretor de Administração e Finanças

*Fernando Pereira de Carvalho*

Diretor de Relações Institucionais e  
Desenvolvimento

*Frederico Cláudio Peixinho*

Chefe do Departamento de Hidrologia

*Fernando Antonio Carneiro Feitosa*

Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

*Ivanaldo Vieira Gomes da Costa*

Superintendente Regional de Salvador

*José Wilson de Castro Timóteo*

Superintendente Regional de Recife

*Hélio Pereira*

Superintendente Regional de Belo Horizonte

*Darlan Filgueira Maciel*

Chefe da Residência de Fortaleza

*Francisco Batista Teixeira*

Chefe da Residência Especial de Teresina

---

Ministério de Minas e Energia  
Secretaria de Desenvolvimento Energético / Secretaria de Minas e Metalurgia  
Programa Luz Para Todos  
Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - PRODEEM  
Serviço Geológico do Brasil - CPRM  
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

**PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR  
ÁGUA SUBTERRÂNEA**

**ESTADO DO PIAUÍ**

***DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE PAES LANDIM***

**ORGANIZAÇÃO DO TEXTO**

Robério Bôto de Aguiar  
José Roberto de Carvalho Gomes

Fortaleza  
Março/2004

## **COORDENAÇÃO GERAL**

Frederico Cláudio Peixinho - DEHID

## **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

## **COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANÇEIRA**

José Emílio C. Oliveira - DIHEXP

## **APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Sara Maria Pinotti Benvenuti - DIHEXP

## **COORDENAÇÃO REGIONAL**

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO

José Alberto Ribeiro - REFO

Oderson A. de Souza Filho - REFO

Francisco C. Lages C. Filho - RESTE

João Alfredo da C. L. Neto - SUREG-RE

José Carlos da Silva - SUREG-RE

Luis Fernando C. Bonfim - SUREG-SA

## **EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO**

### **REFO**

Ângelo Trévia Vieira

Felicíssimo Melo

Francisco Alves Pessoa

Jader Parente Filho

José Roberto de Carvalho Gomes

Liano Silva Veríssimo

Luiz da Silva Coelho

Robério Bôto de Aguiar

### **RESTE**

Antônio Reinaldo Soares Filho

Carlos Antônio Luz

Cipriano Gomes Oliveira

Heinz Alfredo Trein

Ney Gonzaga de Souza

### **SUREG-RE**

Ari Teixeira de Oliveira

Breno Augusto Beltrão

Cícero Alves Ferreira

Cristiano de Andrade Amaral

Dunaldson Eliezer G. A da Rocha

Franklin de Moraes

Frederico José Campelo de Souza

Jardo Caetano dos Santos

José Wilson de Castro Temóteo

João de Castro Mascarenhas

Jorge Luiz Fortunato de Miranda

Luiz Carlos de Souza Júnior

Manoel Júlio da Trindade G. Galvão

Saulo de Tarso Monteiro Pires

Sérgio Monthezuma S. Guerra

Simeones Neri Pereira

Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho

Vanildo Almeida Mendes

## **SUREG-SA**

Edvaldo Lima Mota

Edmilson de Souza Rosa

Hermínio Brasil Vilaverde Lopes

João Cardoso Ribeiro M. Filho

Luis Henrique Monteiro Pereira

Pedro Antônio de Almeida Couto

Vânia Passos Borges

## **SUREG-BH**

Angélica Garcia Soares

Eduardo Jorge Machado Simões

Ely Soares de Oliveira

Haroldo Santos Viana

Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

## **EM DESTAQUE**

Almir Araújo Pacheco - SUREG-BE

Ana Cláudia Vieira - SUREG-PA

Bráulio Robério Caye - SUREG-PA

Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA

Geraldo de B. Pimentel - SUREG-PA

José Cláudio Viegas C. - SUREG-SA

Paulo Pontes Araújo - SUREG-BE

Tomás E. Vasconcelos - SUREG-GO

## **RECENSEADORES**

Acácio Ferreira Júnior

Adriana de Jesus Felipe

Álerson Faliere Suarez

Almir Gomes Freire - CPRM

Ângela Aparecida Pezzuti

Antônio Celso R. de Melo - CPRM

Antônio Edilson Pereira de Souza

Antônio Jean Fontenele Menezes

Antônio Manoel Marciano Souza

Antônio Marques Honorato

Armando Arruda Câmara F. - CPRM

Carlos Alberto G. de Andrade - CPRM

Celso Viana Maciel

Cícero René de Souza Barbosa

Cláudio Márcio Fonseca Vilhena

Claudionor de Figueiredo

Cleiton Pierre da Silva Viana

Cristiano Alves da Silva

Edivaldo Fateicha - CPRM

Eduardo Benevides de Freitas

Eduardo Fortes Crisóstomos

Eliomar Coutinho Barreto

Emanuelly de Almeida Leão

Emerson Garret Menor

Emicles Pereira C. de Souza

Érika Peconick Ventura

Erval Manoel Linden - CPRM

Ewerton Torres de Melo

Fábio de Andrade Lima

Fábio de Souza Pereira

Fábio Luiz Santos Faria

Francisco Augusto A. Lima

Francisco Edson Alves Rodrigues

Francisco Ivanir Medeiros da Silva

Francisco José Vasconcelos Souza

Francisco Lima Aguiar Junior

Francisco Pereira da Silva - CPRM

Frederico Antônio Araújo Meneses

Geancarlo da Costa Viana

Genivaldo Ferreira de Araújo

Gustavo Lira Meyer

Haroldo Brito de Sá

Henrique Cristiano C. Alencar

Jamile de Souza Ferreira

Jaqueline Almeida de Souza

Jefté Rocha Holanda

João Carlos Fernandes Cunha

João Luis Alves da Silva

Joelza de Lima Enéas

Jorge Hamilton Quidute Goes

José Carlos Lopes - CPRM

Joselito Santiago Lima

Josemar Moura Bezerril Junior

Julio Vale de Oliveira

Kênia Nogueira Diógenes

Marcos Aurélio C. de Góis Filho

Mário Wardi Junior

Matheus Medeiros Mendes Carneiro

Maurício Vieira Rios - CPRM

Michel Pinheiro Rocha

Narcelya da Silva Araújo

Nicácia Débora da Silva

Oscar Rodrigues Aciolly Júnior

Paula Francinete da Silveira Baia

Paulo Eduardo Melo Costa

Paulo Fernando Rodrigues Galindo

Pedro Hermano Barreto Magalhães

Raimundo Correa da Silva Neto

Ramiro Francisco Bezerra Santos

Raul Frota Gonçalves

Rodrigo Araújo de Mesquita

Romero Amaral Medeiros Lima

Rosângela de Assis Nicolau

Saulo Moreira de Andrade - CPRM

Sérvulo Fernandez Cunha

Thiago de Menezes Freire

Valdirene Carneiro Albuquerque

Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM

Vilmar Souza Leal - CPRM

Wagner Ricardo R. de Alkimim

Walter Lopes de Moraes Junior

## **TEXTO**

## **ORGANIZAÇÃO**

José Roberto de Carvalho Gomes

Robério Bôto de Aguiar

## **CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

### **Localização e Aspectos Sócio-Econômicos**

Homero Coelho Benevides

Raimundo Anunciato de Carvalho

Robério Bôto de Aguiar

Valdederdo de Almeida Magno

### **Aspectos Fisiográficos e Geologia**

Epifânio Gomes da Costa

### **Recursos Hídricos Superficiais**

Francisco Tarcísio Braga Andrade

Robério Bôto de Aguiar

### **Recursos Hídricos Subterrâneos**

Jose Roberto de Carvalho Gomes

## **DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS**

Liano Silva Veríssimo

Ricardo de Lima Brandão

Robério Bôto de Aguiar

## ILUSTRAÇÕES

Ângelo Trévia Vieira  
Francisco Vladimir Castro Oliveira  
Iaponira Paiva Gomes  
José Alberto Ribeiro  
José Roberto de Carvalho Gomes  
Liano Silva Veríssimo  
Oderson Antônio de Souza Filho  
Raimundo Anunciato de Carvalho  
Ricardo de Lima Brandão  
Sara Maria Pinotti Benvenuti

## BANCO DE DADOS

### Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

### Administração

Eriveldo da Silva Mendonça

### Consistência

Janólfta Leda Rocha Holanda

## MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

### Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

### Execução

Antônio Celso Rodrigues de Melo  
José Emilson Cavalcante  
Selêucis Lopes Nogueira  
Vicente Calixto Duarte Neto

A282	Aguiar, Robério Bôto de Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Paes Landim / Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes . — Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.  1. Hidrogeologia – Piauí - Cadastros. 2. Água subterrânea – Piauí - Cadastros. I. Gomes, José Roberto de Carvalho. II Título.  CDD 551.49098122
------	--

## APRESENTAÇÃO

---

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o início o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hídricos subterrâneos, de forma compatível com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Embora com múltiplas finalidades, este Projeto visa atender diretamente às necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com as Secretarias de Energia e de Minas e Metalurgia e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsídios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes  
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial  
CPRM – Serviço Geológico do Brasil

### APRESENTAÇÃO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA</b>	<b>1</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>2</b>
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO</b>	<b>2</b>
<b>4.1. LOCALIZAÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>4.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>2</b>
<b>4.3. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS</b>	<b>3</b>
<b>4.4. GEOLOGIA</b>	<b>4</b>
<b>4.5. RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>4</b>
<b>4.5.1. Águas Superficiais</b>	<b>4</b>
<b>4.5.2. Águas Subterrâneas</b>	<b>5</b>
<b>5. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS</b>	<b>5</b>
<b>6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>8</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>8</b>
<b>ANEXO 1 - PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO</b>	
<b>ANEXO 2 - MAPA DE PONTOS D'ÁGUA</b>	

## 1 - INTRODUÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastróficos são por demais conhecidos e remontam aos primórdios da história do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade dessas fontes hídricas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de ser solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está realizando o **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea** em consonância com as diretrizes do Governo Federal e com os propósitos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo cadastrar todos os poços tubulares, poços amazonas representativos e fontes naturais em uma área, inicial, de 722.000 km<sup>2</sup> da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

## 2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e norte de Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 1 - Área de abrangência do Projeto



### 3 - METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização deste projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e de Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km<sup>2</sup>. Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (poço tubular, poço escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do *Global Positioning System* (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de ser coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade e uso da água, e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente ao Núcleo de Processamento de Dados da CPRM - Residência de Fortaleza, para, após rigorosa análise, alimentarem um banco de dados que, devidamente consistido e tratado, possibilitou a elaboração de um mapa de pontos d'água de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usuários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água foram utilizados, como base cartográfica, os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográficas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *ArcView*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem por problemas ainda existentes na cartografia municipal ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

### 4 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAES LANDIM

#### 4.1 - Localização

O município está localizado na microrregião de Alto Médio Canindé (figura 2), compreendendo uma área irregular de 355 km<sup>2</sup>, tendo como limites os municípios de São Miguel do Fidalgo a norte, a sul, Pedro Laurentino, a oeste Socorro do Piauí e São José do Peixe e, a leste, Simplicio Mendes.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 07°46'40" de latitude sul e 42°15'20" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 457 km de Teresina.

#### 4.2 - Aspectos Socioeconômicos

Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de pesquisa nos *sites* do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)) e do Governo do Estado do Piauí ([www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)).

O município foi criado pela Lei Estadual nº 2.349 de 28/09/1962, sendo desmembrado do município de São João do Piauí. A população total, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 4.184 habitantes e uma densidade demográfica de 11,79 hab/km<sup>2</sup>, onde 89,29% das pessoas estão na zona rural. Com relação a educação, 68,50% da população acima de 10 anos de idade é alfabetizada.

A sede do município dispõe de abastecimento de água, energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A - CEPISA, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos e escola de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de algodão, arroz, feijão, mandioca e milho.



Figura 2 – Mapa de localização do município

### 4.3 - Aspectos Fisiográficos

As condições climáticas do município de Paes Landim (com altitude da sede a 193 m acima do nível do mar), apresentam temperaturas mínimas de 23°C e máximas de 37°C, com clima semi-úmido e quente. Ocasionalmente, chuvas intensas, com máximas em 24 horas. A precipitação pluviométrica média anual (registrada, na sede do município, 700 mm) é definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais em entre 800 a 1.400 mm e trimestres janeiro-fevereiro-março e dezembro-janeiro-fevereiro como os mais chuvosos. Os meses de janeiro, fevereiro e março constituem o trimestre mais úmido. Estas informações foram obtidas a partir do Perfil dos Municípios (IBGE – CEPRO, 1998) e Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986).

Os solos da região são provenientes da alteração de arenitos, siltitos, conglomerado, folhelhos e laterito. Compreendem solos litólicos, álicos e distróficos, de textura média, pouco desenvolvidos, rasos a muito rasos, fase pedregosa, com floresta caducifólia e/ou floresta sub-caducifólia/cerrado. Associados ocorrem solos podzólicos vermelho-amarelos, textura média a argilosa, fase pedregosa e não pedregosa, com misturas e transições vegetais, floresta sub-caducifólia/caatinga. Secundariamente, ocorrem areias quartzosas, que compreendem solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado sub-caducifólio/floresta sub-caducifólia. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Sudeste do Piauí I (CPRM, 1973) e Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986).

As formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo movimentado, encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros. Dados obtidos a partir do Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986) e Geografia do Brasil – Região Nordeste (IBGE, 1977).

#### 4.4 - Geologia

Conforme a figura 3, as unidades geológicas que ocorrem na área do município pertencem às coberturas sedimentares, como descritas abaixo. Os sedimentos mais recentes fazem parte dos Depósitos Colúvio-Eluviais, resumindo-se em areia, argila, cascalho e laterito. No meio da seqüência localiza-se a Formação Cabeças reunindo arenito, conglomerado e siltito. A Formação Pimenteiras situa-se na porção inferior do pacote sedimentar, sendo composta de arenito, siltito e folhelho.

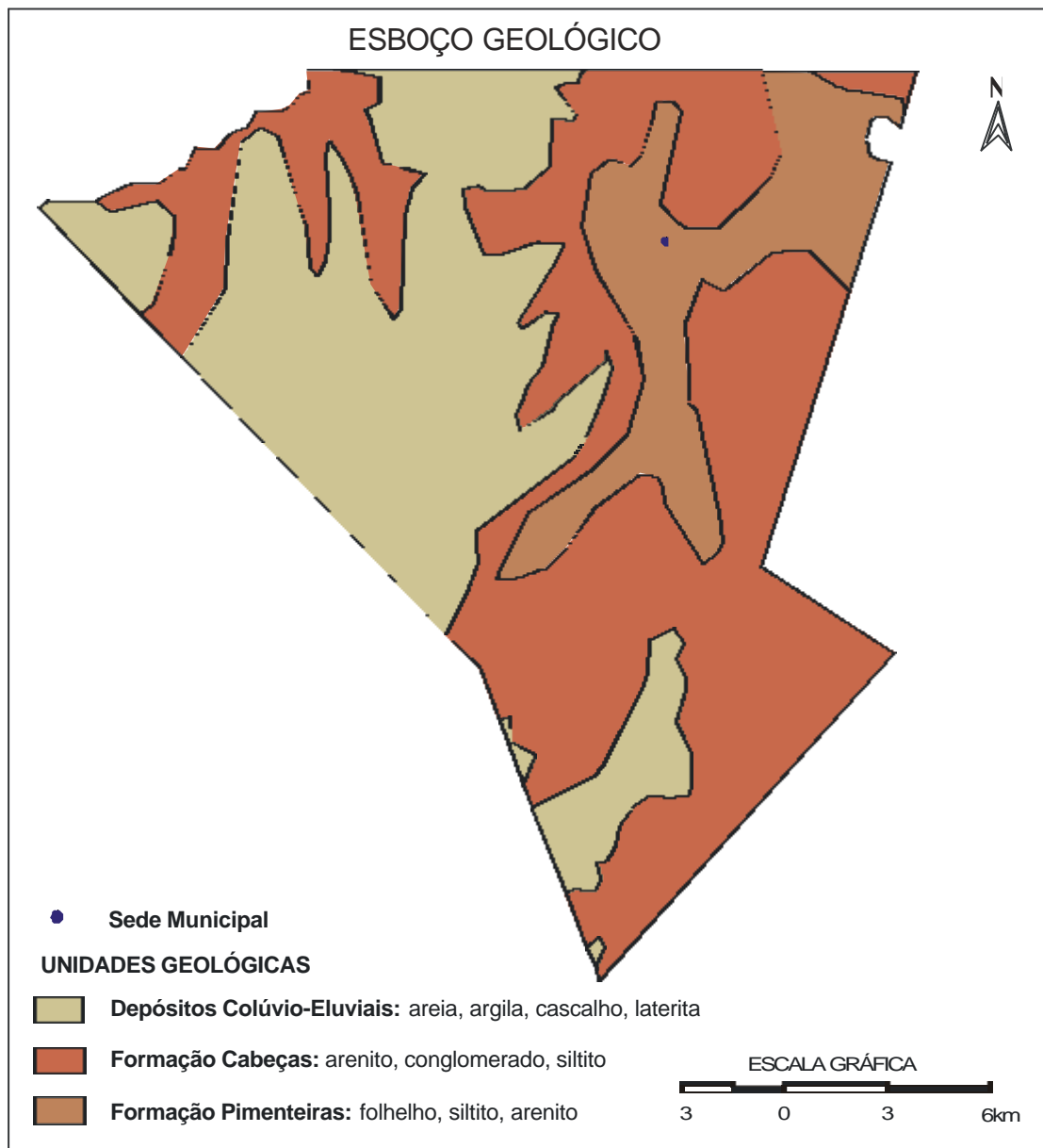


Figura 3 – Esboço geológico do município.

#### 4.5 - Recursos Hídricos

##### 4.5.1 - Águas Superficiais

Os recursos hídricos superficiais gerados no estado do Piauí estão representados pela bacia hidrográfica do rio Parnaíba, a mais extensa dentre as 25 bacias da Vertente Nordeste, ocupando uma área de 330.285 km<sup>2</sup>, o equivalente a 3,9% do território nacional, e abrange o estado do Piauí e parte do Maranhão e do Ceará.

O rio Parnaíba possui 1.400 quilômetros de extensão e a maioria dos afluentes localizados a jusante de Teresina são perenes e supridos por águas pluviais e subterrâneas. Depois do rio São Francisco, é o mais importante rio do Nordeste.

Dentre as sub-bacias, destacam-se aquelas constituídas pelos rios: Balsas, situado no Maranhão; Potí e Portinho, cujas nascentes localizam-se no Ceará; e Canindé, Piauí, Uruçuí-Preto, Gurguéia e Longá, todos no Piauí. Cabe destacar que a sub-bacia do rio Canindé, apesar de ter 26,2% da área total da bacia do Parnaíba, drena uma grande região semi-árida.

Apesar do Piauí estar inserido no “Polígono das Secas”, não possui grande quantidade de açudes. Os mais importantes são: Boa Esperança, localizado em Guadalupe e represando cinco bilhões de metros cúbicos de água do rio Parnaíba, vem prestando grandes benefícios à população através da criação de peixes e regularização da vazão do rio, o que evitará grandes cheias, além de melhorar as possibilidades de navegação do rio Parnaíba; Caldeirão, no município de Piri-piri, onde se desenvolve grandes projetos agrícolas; Cajazeiras, no município de Pio IX, é também uma garantia contra a falta de água durante as secas; Ingazeira, situado no município de Paulistana, no rio Canindé e; Barreira, situado no município de Fronteiras.

Os principais cursos d’água que drenam o município são: o rio Fidalgo e o riacho Terra Nova.

#### 4.5.2 - Águas Subterrâneas

No município de Paes Landim pode-se distinguir dois domínios hidrogeológicos distintos: rochas sedimentares e depósitos colúvio-eluviais.

As unidades geológicas pertencentes a rochas sedimentares são da Bacia do Parnaíba e correspondem às formações Pimenteiras e Cabeças.

A Formação Pimenteiras normalmente não apresenta importância hidrogeológica pelo fato de possuir constituintes litológicos da baixa permeabilidade. Entretanto, pelo fato de ocorrer numa área expressiva, correspondendo a cerca de 10% da área do município, pode se constituir em uma opção para água subterrânea, pela ocorrência de intercalações de níveis arenosos permeáveis.

As características litológicas da Formação Cabeças indicam boas condições de permeabilidade e porosidade, favorecendo assim o processo de recarga por infiltração direta das águas de chuvas. Tal aquífero se constitui no mais importante elemento de armazenamento de água subterrânea do município, constituindo-se num potencial fornecedor desse bem, principalmente levando-se em consideração que essa unidade aflora em cerca da metade da área total do município.

O domínio correspondente aos depósitos colúvio-eluviais se refere a coberturas de sedimentos detríticos, com idade tércio-quadernária, ocorrendo numa área que corresponde a cerca de 30% da área total do município. As rochas deste domínio não se caracterizam como potenciais mananciais de captação d’água, porque ocorrem apenas em uma pequena área além de suas unidades litológicas serem delgadas e pouco favoráveis à acumulação de água subterrânea.

### 5 - DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a presença de 81 pontos d’água, sendo todos poços tubulares.

Quanto à propriedade do terreno onde se encontram, os poços foram classificados em: públicos, quando estão em terrenos de servidão pública e; particular, quando estão em propriedades privadas. A figura 4 mostra que 24 poços são públicos e 57 são de uso particular.

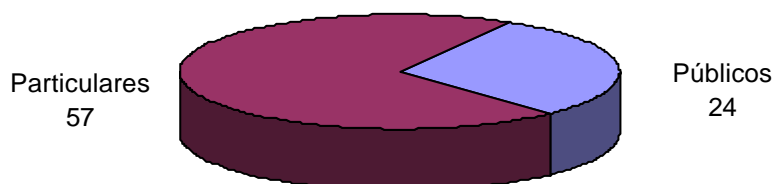


Figura 4 – Natureza da propriedade do terreno.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: poços em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os poços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados

com manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles que foram perfurados, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem poços secos e poços obstruídos, e representam os que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, é apresentada em números absolutos no quadro 1 e em termos percentuais na figura 5.

Quadro 1 - Situação atual dos poços cadastrados com relação a finalidade de uso da água.

Natureza do poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado
Público	0	19	2	3
Particular	3	34	17	3
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>53</b>	<b>19</b>	<b>6</b>

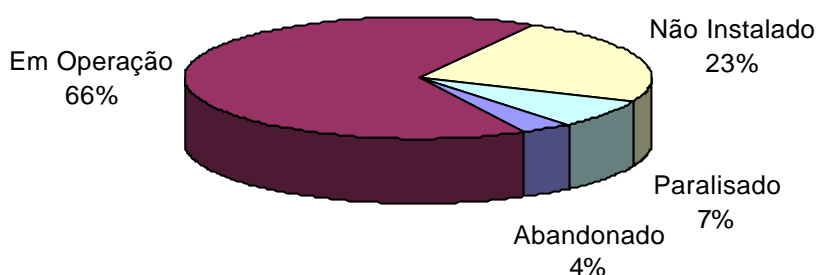


Figura 5 - Situação dos poços cadastrados

A figura 6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente em operação e os poços desativados (paralisados e não instalados), mas passíveis de entrar em funcionamento. Verifica-se que vinte poços particulares estão desativados. Com relação aos poços públicos, cinco encontram-se desativados, podendo, entretanto, vir a operar, somando suas descargas àquelas dos dezenove poços que estão em uso.

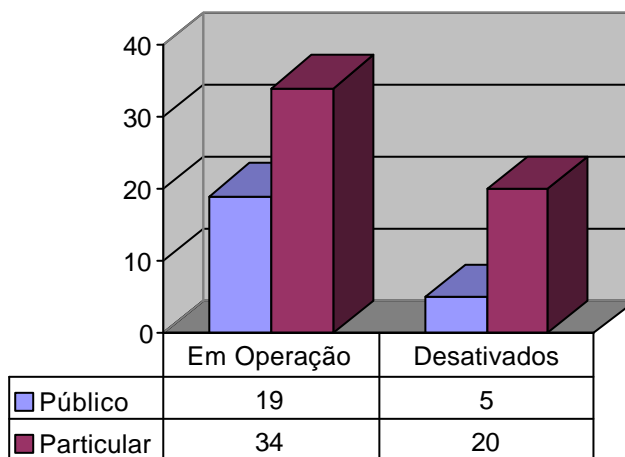


Figura 6 – Poços em uso e passíveis de funcionamento

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a figura 7 mostra que 32 poços particulares e sete poços públicos utilizam energia elétrica. Os poços restantes, dezessete públicos e dezenove particulares, dependem de outras fontes de energia, como: eólica (cata-vento), solar e combustíveis (óleo diesel, gasolina etc).

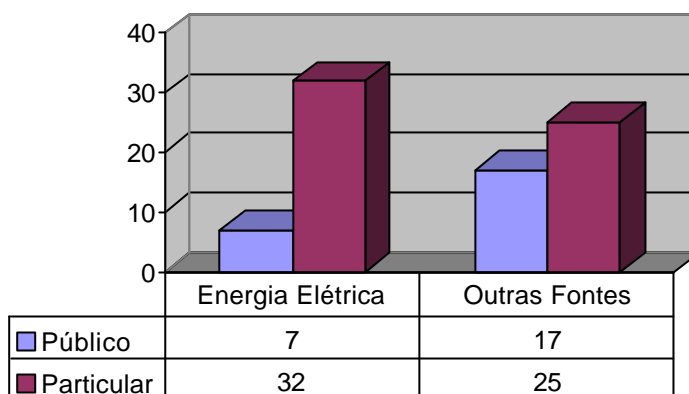


Figura 7 – Tipo de energia utilizada nos sistemas de bombeamento de água

Com relação à qualidade das águas dos poços cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade elétrica, que é a capacidade de uma substância conduzir a corrente elétrica, diretamente relacionada com o teor de sais dissolvidos.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade elétrica da água multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sólidos totais dissolvidos (STD). Neste diagnóstico, utilizou-se o fator 0,65 para obter o teor de sólidos dissolvidos nas águas analisadas.

A água com demasiado teor de minerais dissolvidos não é conveniente para certos usos. Contendo menos de 500 mg/L de sólidos dissolvidos é, em geral, satisfatória para o uso doméstico e para muitos fins industriais. Com mais de 1.000 mg/L contém minerais que lhe conferem um sabor desagradável e a torna inadequada para diversas finalidades.

Para efeito de classificação das águas dos poços cadastrados, foram considerados os seguintes intervalos de sólidos totais dissolvidos (STD).

< 500 mg/L	Água doce
500 a 1.500 mg/L	Água salobra
> 1.500 mg/L	Água salgada

Foram coletadas amostras de água e analisados os sólidos totais dissolvidos de 68 poços, tendo como resultados valores variando de 81,2 a 2.184,0 mg/L e valor médio de 518,9 mg/L. Conforme a figura 8, que ilustra a classificação das águas subterrâneas no município, em 47 poços as águas analisadas foram classificadas com doce, ou seja, os sólidos totais dissolvidos nestas águas estão abaixo de 500 mg/L, em dezesseis foram salobras e cinco salgadas.

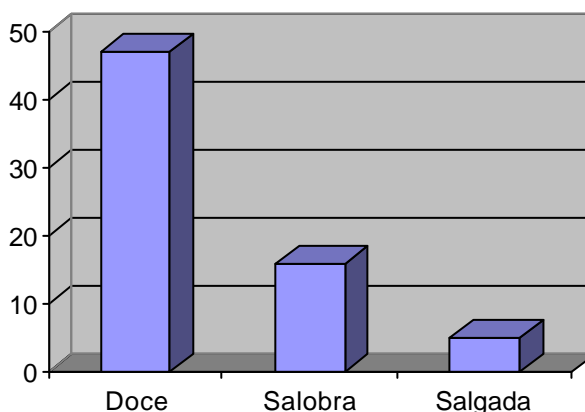


Figura 8 - Qualidade das águas subterrâneas dos poços cadastrados

## 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise dos dados referentes ao cadastramento de poços executado no município, permitiu estabelecer as seguintes conclusões:

1. Em termos de domínio hidrogeológico, predominam as rochas da Bacia Sedimentar do Parnaíba, que possuem porosidade primária e boa permeabilidade, proporcionando boas condições de armazenamento e fornecimento de água;
2. O quadro 2 apresenta a situação atual dos poços existentes no município, onde cerca de 30% dos poços cadastrados são públicos e 31% do total são passíveis de funcionamento, podendo aumentar significativamente a oferta de água para a população;
3. Aproximadamente 48% dos poços são atendidos por rede de energia elétrica, o restante utiliza-se de fontes alternativas (eólica, solar) ou combustíveis para funcionar o sistema de bombeamento de água;
4. Em termos de qualidade das águas subterrâneas, as amostras analisadas mostraram que 69% dos poços apresentam água doce, 24% são salobras e 7% salgadas.

Quadro 2 - Situação atual dos poços cadastrados no município

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Total
Público	0	19	2	3	24
Particular	3	34	17	3	57
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>53</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>81</b>

Com base nas conclusões acima estabelecidas pode-se fazer as seguintes recomendações:

1. Os poços desativados e não instalados devem entrar em programas de recuperação e instalação de equipamentos de bombeamento, visando o aumento da oferta de água à região;
2. Poços paralisados em virtude de alta salinidade, devem ser analisados com detalhe (vazão, análise físico-química, nº de famílias atendidas etc.) visando a instalação de equipamentos de dessalinização da água;
3. Todos os poços necessitam de manutenção periódica para assegurar o seu funcionamento, principalmente, em tempos de estiagens prolongadas;
4. Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas, em todos os poços, medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção etc.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geografia do Brasil. *Região Nordeste*. Rio de Janeiro, SERGRAF. IBGE, 1977
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. [Mapas Base dos municípios do Estado do Piauí]. Escalas variadas. Inédito.
- JACOMINE, P.K.T. et al.. Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Estado do Piauí. Rio de Janeiro. EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN. 1986. 782 p ilust.
- LIMA, E. de A. M. & LEITE, J.F. – 1978 – Projeto Estudo Global da Bacia Sedimentar do Parnaíba. Recife: DNPM/CPRM.
- PESSOA, M. D. – 1979 – Inventário Hidrogeológico Básico do Nordeste. Folha Nº 18 – São Francisco – NE. Recife. SUDENE
- PROJETO CARVÃO DA BACIA DO PARNAÍBA. Convênio DNPM/CPRM. Relatório Final da Etapa I. vol. 1. Recife. 1973
- PROJETO RADAM. FOLHA SB.23 TERESINA E PARTE DA FOLHA SB.24 JAGUARIBE; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro. 1973.

## **ANEXO 1**

---

### **PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO**



Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea  
Diagnóstico do Município de Paes Landim - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGITUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GF038	INGAZEIRA II	7 44 9,8	42 12 59	Poço tubular	Público	150		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	334,75
GF049	ANGICAL I	7 44 8,9	42 15 16,2	Poço tubular	Público			Em Operação			Comunitário	840,45
GF054	PEREIRO ( GRUPO ESCOLAR )	7 45 6,9	42 23 42	Poço tubular	Público	160		Em Operação	Bomba submersa	Solar	Comunitário	
GF056	CAPIM GROSSO II	7 44 6,3	42 22 3,8	Poço tubular	Particular	176		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	270,4
GF092	SANTO ESTEVAO	7 48 29,7	42 20 9,2	Poço tubular	Particular	130	7000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	379,6
GF093	SANTO ANTONIO	7 45 4,6	42 22 28,7	Poço tubular	Particular	56		Não Instalado	Sarilho			126,1
GF094	SANTO ANTONIO	7 44 56,9	42 22 4,4	Poço tubular	Público	150		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	78
GF095	BANANEIRA	7 44 16,8	42 20 38,4	Poço tubular	Público	110		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	202,15
GF096	QUEIMADA DO MEIO I	7 45 55,6	42 16 35,3	Poço tubular	Particular	104		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	269,1
GF097	QUEIMADA DO MEIO II	7 45 34,5	42 16 50	Poço tubular	Particular	165	20000	Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	
GF098	QUEIMADA DO MEIO III	7 45 35	42 16 50,8	Poço tubular	Particular	150	18000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	409,5
GF099	QUEIMADA DO MEIO IV	7 45 33,6	42 16 44,7	Poço tubular	Particular	120	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	315,9
GF100	JARDIM I	7 45 56,1	42 16 48,7	Poço tubular	Particular	100	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	182
GF101	JARDIM II	7 46 5,5	42 16 51,6	Poço tubular	Particular	110	20000	Não Instalado	Sarilho			252,85
GF102	BONITO ( CHAPADA DO RECREIO )	7 46 9,9	42 16 10,8	Poço tubular	Particular	214		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		255,45
GF103	BONITO II	7 46 17,2	42 16 7,4	Poço tubular	Particular	150	30000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	257,4
GF104	CATINGUEIRA ( BENEDITAO )	7 51 33,7	42 19 2,2	Poço tubular	Particular	130		Abandonado				
GF105	RODEIO DE PEDRA I	7 45 40,2	42 19 23,3	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado	Sarilho			1162,2
GF106	RODEIO DE PEDRA II	7 45 8,1	42 19 40,9	Poço tubular	Público	120		Paralisado	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	
GF107	ONCA	7 44 18,2	42 19 52,2	Poço tubular	Particular	100		Abandonado				
GF108	BONITO	7 46 11,1	42 16 0,8	Poço tubular	Particular	100	37000	Não Instalado	Sarilho			386,1
GF109	POCO JORANTE	7 46 44,8	42 16 1,9	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	2184
GF110	POCO JORANTE	7 46 51,4	42 16 2	Poço tubular	Particular	930		Não Instalado				1378
GF111	SEDE MUNICIPAL DE PAES LANDIM	7 46 40,8	42 15 32,1	Poço tubular	Particular	100	25000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		183,95
GF112	SEDE MUNICIPAL DE PAES LANDIM	7 46 43,9	42 15 23,6	Poço tubular	Público	80	25000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	330,2
GF113	SEDE MUNICIPAL DE PAES LANDIM	7 46 38,9	42 15 25	Poço tubular	Público	120	30000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	331,5
GF114	BAIXAO I	7 49 42,9	42 15 53	Poço tubular	Particular	120	30000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	193,05
GF115	TANQUE NOVO I	7 50 30,3	42 17 0,8	Poço tubular	Particular	100		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	138,45
GF116	TANQUE NOVO I	7 50 41,2	42 17 56,3	Poço tubular	Particular	110		Abandonado	Sarilho			
GF117	BAIXAO II	7 50 6,3	42 16 9,7	Poço tubular	Particular	110		Não Instalado	Sarilho			501,15
GF118	BAIXAO III	7 49 44,7	42 15 56,3	Poço tubular	Particular	100		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	182,65
GF179	FAZENDA LAGOINHA I	7 46 47,1	42 15 25,2	Poço tubular	Particular	100	25000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	1833
GF180	SOSSEGO	7 47 10	42 15 15,1	Poço tubular	Particular	80		Não Instalado	Sarilho		Particular	164,45

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea  
Diagnóstico do Município de Paes Landim - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGITUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GF181	ENFICADO I	7 48 7	42 15 32,4	Poço tubular	Particular	50	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	
GF182	ENFICADO II	7 48 32,2	42 15 12,2	Poço tubular	Particular	100	25000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	249,6
GF183	ENFICADO III	7 48 35,3	42 15 10,8	Poço tubular	Particular	120		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	
GF184	ENFICADO IV	7 48 32,9	42 15 0,7	Poço tubular	Particular	120	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	815,75
GF185	SOBRADO	7 47 15,1	42 15 32,7	Poço tubular	Particular			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	871,65
GF186	LAGOINHA II	7 47 19,8	42 16 3,8	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado				1081,6
GF187	SANTA CRUZ	7 48 2,3	42 16 9,4	Poço tubular	Particular	103		Não Instalado	Sarilho		Particular	189,15
GF188	SITUACAO	7 47 44,3	42 15 39,4	Poço tubular	Particular	112	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	123,5
GF189	LAGOADO MUQUEM I	7 49 29,3	42 14 56	Poço tubular	Público	100		Paralisado	Bomba injetora			
GF190	LAGOA DO BOI	7 50 31	42 14 35,6	Poço tubular	Público	180		Em Operação	Compressor de ar		Comunitário	242,45
GF191	BARREIRO I	7 50 46,6	42 14 29,3	Poço tubular	Público	100	5000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	274,95
GF192	BELEM II	7 50 44,3	42 13 54,3	Poço tubular	Particular	114		Não Instalado	Sarilho		Particular	373,75
GF193	LAGOA DO MUQUEM II	7 49 51,8	42 14 53,7	Poço tubular	Particular	90		Não Instalado	Sarilho		Particular	676,65
GF196	BARREIRO II	7 51 18,2	42 14 22,7	Poço tubular	Público	170		Em Operação	Bomba centrífuga	Solar	Comunitário	215,15
GF197	DESCANSO I	7 51 55,2	42 14 26,6	Poço tubular	Público	85	6000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	944,45
GF198	DESCANSO II	7 52 18,5	42 14 20,7	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado	Sarilho		Particular	1651
GF199	ROCA DO MILHO	7 53 12,1	42 13 54	Poço tubular	Particular	100		Em Operação	Bomba submersa		Particular	1911
GF200	ABELHA BRANCA I	7 51 45,7	42 15 29,1	Poço tubular	Público	100	8000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	320,45
GF201	ABELHA BRANCA II	7 51 24,3	42 15 30,8	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado	Sarilho			408,85
GF202	MOSQUITO I	7 52 4,7	42 16 20,3	Poço tubular	Particular	115		Não Instalado	Sarilho		Comunitário	
GF203	JABOTI I	7 53 0,7	42 16 17,1	Poço tubular	Público	100		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	
GF204	JABOTI II	7 53 41,8	42 15 55,6	Poço tubular	Público	103		Paralisado	Compressor de ar	Óleo Diesel	Comunitário	
GF205	JABOTI GRUPO E. ATILA LIRA	7 54 10,8	42 16 19,4	Poço tubular	Público	147	5000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	117,65
GF206	MOSQUITO II	7 51 55,7	42 16 45,7	Poço tubular	Público	80	5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	
GF207	TANQUE NOVO	7 50 24,8	42 16 35,9	Poço tubular	Público	110	5500	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	169
GF208	MOSQUITO II	7 51 57,9	42 17 14,5	Poço tubular	Público	100	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	180,7
GF209	UMBURANA	7 52 7,5	42 17 39,2	Poço tubular	Particular	105		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	176,15
GF210	ALTO ALEGRE	7 52 19,5	42 17 47	Poço tubular	Público		5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	169
GF211	JABOTI IV	7 52 56,3	42 17 14,2	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado	Sarilho		Comunitário	1651
GF212	LAGOA DA MATA	7 46 13,1	42 15 26,8	Poço tubular	Particular	80	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	221,65
GF424	MORRINHO	7 46 51,8	42 14 13,2	Poço tubular	Particular	105		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	756,6
GF425	JORDAO I	7 47 2,6	42 12 49,9	Poço tubular	Particular	100		Em Operação	Bomba submersa		Comunitário	135,2
GF426	JORDAO II	7 46 47,3	42 12 38,3	Poço tubular	Público	75		Não Instalado	Sarilho			733,2

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea  
Diagnóstico do Município de Paes Landim - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGITUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTES DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
GF434	CAICARA I	7 45 38,9	42 12 16,1	Poço tubular	Particular	100		Não Instalado	Sarilho			354,9
GF435	RECANTO	7 44 49,4	42 12 49,7	Poço tubular	Particular	86		Paralisado	Bomba submersa		Comunitário	338
GF436	CAICARA I	7 45 48,5	42 12 30,5	Poço tubular	Público	90		Não Instalado				107,25
GF437	CAICARA III	7 46 15	42 12 34,6	Poço tubular	Particular	106		Não Instalado	Sarilho		Comunitário	81,25
GF438	COSTA	7 46 43,2	42 15 4,7	Poço tubular	Particular	92		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	374,4
GF443	SANTA TEREZA	7 44 6	42 11 45,7	Poço tubular	Particular	98		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	360,1
GF444	BREJINHO	7 43 30,3	42 11 41,4	Poço tubular	Particular	120		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	293,15
GF445	CAICARA IV	7 44 20,8	42 11 49,5	Poço tubular	Particular	90		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Comunitário	362,7
GF448	CAICARA IV	7 44 0,4	42 12 19	Poço tubular	Particular	97		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica	Particular	434,2
GF449	BOQUEIRAO	7 44 34,1	42 15 14,3	Poço tubular	Particular	100	20000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	815,1
GF450	BOM FIM I	7 45 29,6	42 15 28,4	Poço tubular	Particular	150		Em Operação	Bomba injetora	Elétrica monofásica	Particular	767
GF451	PARAISO	7 45 50,6	42 15 9,5	Poço tubular	Público	80		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofásica		109,85
GF452	BOM FIM II	7 45 39,3	42 15 0,7	Poço tubular	Particular	100	26000	Paralisado	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	1326
GF453	BOM FIM III	7 45 53,3	42 15 18,7	Poço tubular	Particular	87	25000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	501,15
GF454	LAGOA DO MATO	7 46 25,5	42 15 24	Poço tubular	Particular	100		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica		670,15

## **ANEXO 2**

---

### **MAPA DE PONTOS D'ÁGUA**